

NOTA TÉCNICA – AGUASPARANÁ

Assunto: Proposta de alocação dos recursos do FRHI para o biênio 2013/2014

1. Introdução

O Fundo de Recursos Hídricos do Estado do Paraná vem recebendo recursos provenientes da Compensação Financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica do setor elétrico. Esses recursos passaram a integrar o FRHI a partir de 2011, devido a modificação feita na lei 12.726/99. O uso dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos foi regulamentado pelo Decreto nº 9.129, de 27 de dezembro de 2010.

Esta Nota Técnica apresenta um rápido balanço da aplicação dos recursos em 2011 e uma análise preliminar da utilização dos recursos em 2012. Por fim apresenta comentários sobre a proposta de aplicação dos recursos da Compensação Financeira para o biênio 2013/2014.

2. Aporte e desembolso de recursos no biênio 2011/2012

A entrada e saída de recursos são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: aporte e utilização de recursos do FRHI no biênio 2011/2012

	Investimento Planejado (R\$)	Aporte Real (R\$)	Utilizado e/ou Empenhado (R\$)	% entre aporte e utilização
2011	3.500.000,00	2.716.082,79	444.917,48	12,7
2012	6.500.000,00 ⁽¹⁾	2.152.487,03 ⁽²⁾	3.867.103,20 ⁽³⁾	179,7
TOTAL	10.000.000,00	4.868.569,82	4.312.020,68	88,6

⁽¹⁾: incluía a compensação financeira da UHE de Mauá que somente entrou em operação a partir de 23/11/2012

⁽²⁾: até outubro de 2012, inclusive.

⁽³⁾: inclui recursos de 2011; os Planos de Bacia do Norte Pioneiro e Piraponema; gastos de custeio até out/2012.

No ano de 2011, a utilização dos recursos ficou bastante aquém do volume de recursos recebidos. Em primeiro lugar note-se que a Resolução do Conselho 71/2011 é de meados do ano, tendo-se assim um prazo exíguo para andamento de processos administrativos e o empenho financeiro dos recursos. Dois Planos de Bacia foram licitados (Tibagi e Jordão), mas o empenho dos recursos somente foi efetivado em 2012.

Para o ano de 2012 a percentagem de recursos aplicados é bastante significativa, utilizando recursos de 2012 e também do ano anterior.

3. Proposta de aplicação dos Recursos do FRHI para o Biênio 2013/2014

O aporte previsto de recursos para o biênio 2013/2014 é de R\$12,0 milhões, advindos da Compensação Financeira paga pelas UHEs Fundão e Santa Clara (rio Jordão), Ourinhos (rio Paranapanema) e Mauá (rio Tibagi). Esse valor é baseado na Tarifa Atualizada de Referência (TAR) ora em definição para 2013 e uma estimativa para 2014. Note-se que o aporte real irá depender da energia efetivamente gerada.

A Tabela 2 apresenta um resumo da proposta de aplicação desses recursos.

	Aplicação (R\$)	%
Custeio	1.200.000,00	10,0
Planos de Bacia	6.000.000,00	50,0
Programas de Capacitação	500.000,00	4,2
Sistema de Informações	1.100.000,00	9,2
Cadastro de Usuários	1.600.000,00	13,3
Instalações Físicas do Instituto	1.600.000,00	13,3
TOTAL	12.000.000,00	100,0

3.1 Custeio

Os recursos para custeio serão aplicados em despesas de viagens para atender reuniões dos Comitês de Bacia, Conselhos Estadual e Nacional de Recursos Hídricos e participação em seminários e simpósios ligados à área de gestão de recursos hídricos. Membros da Sociedade Civil não ligados a entidades públicas poderão ter suas despesas custeadas para participar de reuniões de Comitês, do CERH e de eventos técnicos. Também se pretende aplicar recursos no custeio de atividades de monitoramento quali-quantitativo de recursos hídricos. Atualmente o Instituto das Águas monitora quase que exclusivamente as estações pagas pela Agência Nacional de Águas e pela COPEL (através de convênio com a Copel e com a ANA). Com o andamento dos Planos de Bacia há necessidade de monitorar as sub-bacias definidas como estratégicas nos diversos Planos de Recursos Hídricos, especialmente para acompanhar a evolução da qualidade da água dentro dos enquadramentos que estão sendo propostos.

3.2 Planos de Bacia Hidrográfica

A meta para o biênio 2013/2014 é de licitar e iniciar a execução de todos os Planos ainda restantes: bacias Litorânea, Baixo Ivaí/Paraná 1, Piquiri/Paraná 2, Baixo Iguaçu, Alto Ivaí e Médio Iguaçu.

3.3 Programa de Capacitação

Com o andamento dos Planos de Bacias, torna-se imprescindível a Capacitação de membros de Comitês e de grupos da sociedade tais como prefeitos, representantes do Ministério Público, jornalistas da mídia, setores representantes de usuários tais como FIEP, FAEP e OCEPAR. Temas como enquadramento dos corpos d'água e a cobrança somente terão validade social por meio de um amplo pacto entre todos os setores interessados, daí a importância que todos possuam um conhecimento nivelado dos temas da gestão de recursos hídricos.

3.4 Sistema de Informações

O Sistema de Informações agrega todos as informações imprescindíveis para uma real gestão das águas: dados de outorga, de cobrança e dados sobre a qualidade e a quantidade das águas superficiais e subterrâneas. Deve disponibilizar ferramentas de apoio à decisão georreferenciadas.

O Banco Mundial está financiando a implantação de um moderno Sistema de Informações para o AGUASPARANÁ, que vai possibilitar, entre outras coisas, a solicitação e recebimento de outorgas *on-line*. Mas outras necessidades precisam ser contempladas. São elas a troca do cabeamento do sistema lógico do Instituto, a aquisição de software para operação de Sistemas Geo-Referenciados e a consistência do banco de dados de outorgas que apresenta lacunas a serem sanadas.

3.5 Cadastro de Usuários

O conhecimento dos usuários de recursos hídricos nas bacias não pode ser feito apenas através do ato da outorga que especifica as vazões máximas a ser captadas ou lançadas. Já acordado com os principais usuários da bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, a cobrança inicialmente será feito através de dados da outorga e, dois anos após sua implantação, com base em Atos Declaratórios dos Usuários. Tais informações obrigatoriamente devem ser aferidas através de levantamentos *in loco* a serem periodicamente feitas pelo AGUASPARANÁ

O cadastro de Usuários aqui referido será um levantamento em campo, junto aos usuários mais relevantes, de informações sobre captação e lançamentos que irão nortear a fiscalização do Ato Declaratório. As primeiras bacias a serem estudadas serão as bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e a bacia

do rio Tibagi. A título de informação, estudo semelhante já havia sido feito para a bacia do Alto Iguaçu no ano de 2000, informações preciosas que ainda hoje são utilizadas.

3.6 Instalações Físicas do Instituto

O Governo do Estado autorizou a contratação de funcionários para o Sistema SEMA (a própria SEMA, AGUASPARANÁ e IAP) com 112 técnicos destinados ao AGUASPARANÁ. A contratação deverá se dar ao longo do 1º semestre de 2013, já que estará sendo utilizado um concurso previamente feito pela Secretaria de Administração e Previdência – SEAP.

As atuais instalações do Instituto são bastante precárias, especialmente quanto à própria área disponível. Com 50 desses novos funcionários sendo alocados para o escritório de Curitiba, é clara a necessidade de aumento do espaço físico, bem como espaço para as reuniões dos Comitês e Câmaras Técnicas. Os recursos serão aplicados em projeto e construção de uma nova instalação, além de algumas reformas no atual prédio.

4. Conclusões

A proposta acima descrita é toda voltada para a gestão de recursos hídricos no Estado do Paraná. O objetivo é que todo o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos que inclui o CERH, o órgão gestor e os Comitês de Bacia possa ter uma atuação robusta, apto a implementar todos os instrumentos de gestão de recursos hídricos previstos na legislação paranaense.

Enéas Souza Machado

AGUASPARANÁ

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.